

X LEGISLATURA
ACTA Nº 76/X/4ª SL

Aos sete dias do mês de Outubro de 2008, pelas 15h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, conjuntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), Sr. Deputado Jorge Neto, iniciou os trabalhos, havendo como ponto único da Ordem do Dia a audição do Presidente da Autoridade da Concorrência (AdC).

O Sr. Presidente da COF deu as boas vindas ao Presidente da AdC, Prof. Manuel Sebastião, e deu conta do modo de condução dos trabalhos. De seguida, deu a palavra ao Presidente da AdC, para uma exposição inicial.

O Presidente da AdC efectuou uma exposição, tendo igualmente sido distribuído um dossier pelos Deputados¹. A exposição incidiu sobre as questões de fundo, o mercado dos combustíveis líquidos, a formação do preço, a “dimensão” concorrencial, o *unbundling* e a análise aprofundada da AdC.

No final da sua intervenção, a Sra. Deputada Rosário Águas solicitou que fosse projectado o slide referente às questões do *unbundling*.

De seguida, o Sr. Presidente da COF deu início à primeira ronda de intervenções, tendo sido dada a palavra ao GP requerente – PSD.

O Sr. Deputado Hugo Velosa começou por agradecer a intervenção efectuada pelo Presidente da AdC, considerando porém que esta não correspondera às questões essenciais. Em particular, referiu que nas matérias em análise é necessária uma decisão célere, o que não estava em consonância com o transmitido. Neste sentido, questionou o Presidente da AdC sobre a afirmação do Ministro da Economia e da Inovação referente à necessidade de os preços dos combustíveis acompanharem as descidas do preço do crude (o que não se verificou), recordando a afirmação do Presidente da AdC sobre a importância do preço do crude na formação do preço final dos combustíveis. Questionou, ainda, sobre a posição da AdC relativamente à notícia sobre a transferência de regulação para a ERSE, e se esta autoridade considerava que a regulação estava a ser bem feita ou se deveria ser transferida para uma outra entidade reguladora. Relativamente às afirmações sobre o Comissário da Energia, informou não acreditar que este não esteja ao corrente da situação relativa à regulação no mercado dos combustíveis. Sobre o anúncio feito pelo Presidente da AdC sobre a elaboração de uma análise mais aprofundada, criticou o facto de os resultados serem disponibilizados apenas em 2009, questionando sobre a utilidade do relatório da AdC apresentado em Junho, sobre o carácter definitivo (ou não) das questões aí

¹ O *power point* e o *dossier* fazem parte do espólio da CAEIDR, podendo ser consultados na respectiva página Internet.

abordadas. Solicitou, ainda, um parecer sobre o estudo apresentado pelo Automóvel Club de Portugal (ACP).

De seguida, interveio o Sr. Deputado Vítor Baptista, considerando ser essencial compreender o que se passa no sector dos combustíveis e se o preço pago pelos consumidores é justo ou não. Deu conta da sua dúvida relativamente à posição do GP do PSD sobre a liberalização do mercado dos combustíveis. Questionou o Presidente da AdC sobre se o actual modelo de liberalização defende (ou não) o consumidor, recordando as conclusões constantes do estudo do ACP sobre a evolução dos preços e o ajustamento excessivamente lento aquando das descidas de preços. Considerou que o controlo, por parte da GALP, do armazenamento do crude e produtos refinados, da rede de transportes e da venda às concorrentes parece configurar uma situação de cartelização. Finalmente, indagou sobre a percepção de que o peso dos impostos onera muito o preço de venda ao público dos combustíveis, quando a realidade tem demonstrado a redução deste peso (quer no gasóleo, quer na gasolina).

O Sr. Deputado Helder Amaral usou, igualmente, da palavra, começando por indagar da posição do PS relativamente à liberalização do mercado dos combustíveis. De seguida, quanto à intervenção do Presidente da AdC, considerou existirem distorções no mercado de retalho, da refinaria, da distribuição e do transporte. Questionou sobre o ponto de situação do processo aberto na AdC envolvendo a Petrogal. Deu conta da apresentação de um Requerimento do CDS-PP para audição do Presidente do ACP na sequência do estudo efectuado por esta instituição, questionando o Presidente da AdC sobre as conclusões do referido estudo. Adicionalmente, recordando existirem diversos processos abertos na AdC sobre estas matérias, considerou serem sinais da existência de problemas. Tendo em conta as declarações do Presidente da AdC na anterior audição sobre o facto de os preços portugueses estarem dentro da média, referiu que um observatório europeu afirmou, recentemente, que os preços portugueses são os terceiros mais altos. Recordou, ainda, que a descida dos preços foi muito mais acentuada no crude do que nos preços de venda ao público. Estranhou a ausência de diferenças de preços entre postos de venda de combustíveis, contrariamente ao que sucede em Espanha. Finalmente, questionou sobre se a GALP não se encontra numa posição semelhante à PT em matéria de abuso de posição dominante.

De seguida, interveio o Sr. Deputado Agostinho Lopes, considerando que, dado o problema político, deveria ser o Ministro da Economia e da Inovação a estar presente, dada a impotência da AdC, tal como as suas congéneres internacionais de regulação e supervisão. Questionou a intervenção da AdC, considerando que esta deveria ser diária. Contestou, ainda, a estrutura oligopolista do mercado, proporcionadora de elevados lucros e políticas de gestão de stocks, considerando que esta vai contra os interesses privados e defendendo o reforço da posição accionista do Estado na GALP. Relativamente à acção de fiscalização desenvolvida pela AdC, questionou o facto de esta depender de informação disponibilizada pelas entidades fiscalizadas. Questionou o Presidente da AdC sobre o porquê de os preços estarem referenciados a Roterdão e o porquê de os preços das matérias-primas descerem muito mais que os preços de venda ao público, e estes últimos não acompanharem as tendências internacionais. Recordou, ainda, a importância do gás de garrafa como um combustível de grande importância para as famílias portuguesas. Recordou que, no relatório de Junho da AdC, as conclusões apontam para a inexistência de cartelização. Nesse sentido, questionou o Presidente da AdC sobre as 8 investigações abertas nesta matéria. Finalmente, questionou sobre a co-relação entre o preço do petróleo e o preço dos combustíveis e se esta co-relação tem vindo a ser seguida.

O Sr. Deputado Francisco Louçã questionou o Presidente da AdC sobre a protecção aos consumidores. Considerou que a AdC não está submetida ao controlo democrático eleitoral. Questionou se, na sequência das investigações abertas ulteriormente, o relatório publicado em Junho está desautorizado. Considerou que a prova de existência de um cartel no sector, nos termos estritos da Lei, só é possível através de denúncia, e que tal não é necessário no caso em análise. Referiu que parece ter sido insuficiente o relatório de Junho e ter sido necessário proceder a investigações adicionais, concluindo pela desprotecção dos consumidores. Questionou sobre a intervenção da AdC em caso de manipulação de contas pelas empresas na descida dos preços, considerando, adicionalmente, que a AdC deve regular, e não proceder apenas à elaboração de pareceres e relatórios. Concluiu referindo que a liberalização do mercado dos combustíveis concentrou, o que não é positivo para os consumidores, pelo que a regulação deveria intervir sendo democraticamente responsável.

O Sr. Presidente da COF passou, de seguida, a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

Numa segunda ronda de intervenções, começou por usar da palavra o Sr. Deputado Jorge Seguro, que recordou ter existido uma situação semelhante em 2004. Questionou sobre se os mecanismos e meios da AdC são suficientes para proteger os consumidores, sobre o tipo de contratos entre as gasoleiras e revendedores. Questionou sobre se estarão em causa os direitos dos consumidores e a concorrência entre os revendedores.

O Sr. Deputado Helder Amaral questionou sobre os meios que faltam à AdC com vista a proceder a uma acção mais eficaz, o que ocorrerá até Março 2009, enquanto se aguardam os resultados da análise aprofundada da AdC. Concluiu pela ausência de concorrência e pela existência de constrangimentos a uma oferta mais variada.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes usou, em seguida, da palavra, considerando impensável não haver um acompanhamento diário do problema e estranhando que, apesar da intervenção do Ministro da Economia e da Inovação, nada tenha ocorrido. Considerou ter havido uma falta de transmissão de informação entre as Administrações da AdC. Reforçou a sua intervenção anterior sobre o problema do gás de garrafa. Considerou, enfim, que não haverá novidades após 3 ou 6 meses, dado crer que a AdC funciona de acordo com a lógica das empresas gasoleiras.

O Sr. Deputado Francisco Louçã manifestou a certeza que o GP do PS irá chamar o Ministro da Economia e da Inovação para esclarecer os problemas de concorrência. Considerou já existirem provas concludentes do abuso de posição detida no mercado, constantes dos documentos distribuídos, e não serem necessários estudos adicionais.

O Sr. Deputado Hugo Velosa interveio, igualmente, dando conta do não arrependimento do PSD em requerer a audição do Presidente da AdC, registando que inclusive o GP do PS apresentou diversas dúvidas sobre a questão. Considerou ser lamentável o tratamento dado ao estudo do ACP, dado ser uma peça fundamental, bem como a questão do Comissário Europeu e a inércia de acção da AdC. Terminou concordando com o GP do PS em ouvir o Ministro da Economia e da Inovação.

O Sr. Presidente da COF passou, de seguida, a palavra ao Presidente da AdC para responder às questões colocadas.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da COF agradeceu a intervenção e os esclarecimentos prestados pelo Presidente da AdC, bem como as intervenções dos Srs. Deputados.

A reunião foi gravada, estando disponível a gravação áudio, que faz parte integrante desta acta. A reunião foi encerrada às 18h, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de Outubro de 2008.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Rui Vieira

Nota: Acta aprovada na reunião de 14 de Outubro de 2008.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Agostinho Lopes
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- Ceia da Silva
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Miguel Ginestal
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Carlos Lopes
- Fátima Pimenta
- Francisco Louçã
- Horácio Antunes
- João Oliveira
- Jorge Fão
- Jorge Neto
- Manuel José Rodrigues
- Paula Nobre de Deus
- Teresa Venda
- Vítor Baptista

Faltaram os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- David Martins
- Duarte Lima
- Francisco Madeira Lopes
- Luís Fazenda
- Mendes Bota
- Pedro Nuno Santos